

A SAÚDE MENTAL NA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA

MENTAL HEALTH IN BRAZILIAN PUBLIC SAFETY

SILVA, Rhayama Dyelles¹

BRANQUINHO, Lenine Monteiro²

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão acerca da saúde mental na segurança pública brasileira, pois é fato recorrente na segurança pública o adoecimento de seu efetivo por causa das condições de trabalho, constante risco de morte e saúde, perigos, baixos salários, longas jornadas de trabalho, dentre outros fatores. Diante do exposto, questiona-se: Por que as corporações não se preocupam com a saúde mental de seus participantes como o tem com ferramentas bélicas? Com intuito de responder, foi traçado o seguinte objetivo geral – analisar a preocupação das corporações com a saúde mental do policial militar em detrimento a ferramentas bélicas. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica exploratória, na qual buscou em diferentes autores o embasamento para uma fundamentação de qualidade. Concluiu-se que é crescente a consciência social sobre a constante luta pela saúde física e mental das pessoas na construção da cidadania, sendo este um tema em que muito se tem debatido, sobretudo, no que diz respeito à saúde mental do policial militar, e a contrapartida de que a saúde também é tema de interesse político-social reafirmam esta perspectiva.

Palavras-chave: Adoecimento. Saúde Mental. Polícia Militar. Segurança Pública.

ABSTRACT

This article proposes a reflection on mental health in Brazilian public security, since it is a recurring fact in public security that its workforce is suffering because of working conditions, constant risk of death and health, dangers, low wages, long working hours, among other factors. In view of the above, the question is: Why do corporations do not care about the mental health of their stakeholders as it does with warlike tools? In order to respond, the following general objective was drawn up: to analyze the concern of the corporations with the mental health of the military policeman, to the detriment of warlike tools. The methodology used was the exploratory bibliographical research, in which he sought in different authors the basis for a quality foundation. It was concluded that there is growing social awareness about the constant struggle for the physical and mental health of people in the construction of citizenship, this being a subject in which much has been debated, especially with regard to the mental health of the military police officer, and the counterpart that health is also a matter of political and social interest reaffirm this perspective.

Keywords: Sickness. Mental health. Military police. Public security.

1. INTRODUÇÃO

A cada dia é mais visível a eterna luta do bem contra o mal, sendo necessária a atuação de uma organização que faz com que a ordem, a paz reine no meio da sociedade através de coibição de condutas errôneas e aplicação de regras em meio a comunidade. Essa organização é a polícia militar que através de seus componentes lutam arduamente para promover a segurança pública da população. No entanto, percebe-se em alguns momentos ideias antagônicas entre comunidade e polícia militar, pois, às vezes, a situação foge do controle e se faz necessário o emprego de estratégias que nem sempre a população concorda.

Nesses momentos, a polícia passa por situações estressantes, fica abalado e aos poucos vai comprometendo sua saúde mental, já que o policial não tem como se desligar e tirar as tensões do seu cotidiano, sendo necessário ir atrás de ajuda de especialistas que podem ajudá-lo a superar essa fase. Essa alteração psíquica e social se dá como seqüela a rotina estressante, à pressão pública, aos salários baixos, a falta de estrutura familiar por causa dos horários de trabalho, pela insatisfação profissional, os riscos passados em abordagens e atendimentos a população.

Quando o policial não procura o médico, o estresse vai crescendo, a tensão aumentando e este não consegue relaxar causando outros problemas, tais como a depressão que resulta na tentativa de suicídio ou mesmo ao suicídio ou ainda uma crise que pode gerar acontecimentos mais trágicos, como matar a própria família e se matar tentando sair do redemoinho que virou sua mente.

Todavia, os policiais absorvem a cultura militar, com todo o seu rigor, levando para dentro de si os valores das organizações militares e continuam em sua intenção de proteger a sociedade, mesmo com a saúde psíquica abalada e, em contrapartida, esperam que sua corporação tenha a sensibilidade de cuidar dos seus, uma vez que são muito importantes para o sistema de segurança pública.

Esse artigo é importante para a sociedade e, sobretudo, para a polícia militar, uma vez que é um fato recorrente na segurança pública o adoecimento de seu efetivo por causa das condições de trabalho, constante risco de morte e saúde, perigos, baixos salários, longas jornadas de trabalho, dentre outros fatores. Muitas vezes, o policial passa por todo transtorno calado, sozinho e coloca uma máscara no rosto para seus colegas não perceberem o que está acontecendo, assim sendo, durante esse período de perturbações mental, física e

psíquica é que está o perigo gerado pelo estresse podendo levá-lo a cometer suicídio ou atos violentos contra a família ou até mesmo colegas.

Diante do exposto, questiona-se: Por que as corporações não se preocupam com a saúde mental de seus participantes como o tem com ferramentas bélicas? Com intuito de responder, elenca-se os seguintes objetivos: geral – analisar a preocupação das corporações com a saúde mental do policial militar em detrimento a ferramentas bélicas. Específicos: identificar o trabalho do policial militar como fator de doença mental; entender o que é saúde mental; compreender o sofrimento pelo qual passa o policial que tem doenças psíquicas, psicossomáticas, depressão, pânico, transtorno de ansiedade ou síndrome de Burnout.

Nesse norte, este artigo tem como premissa voltar seu olhar para os fatores que desencadeiam na deteriorização da saúde mental de policiais militares, indivíduos que colocam suas vidas em risco para proteger o cidadão. Para tanto, far-se-á um estudo bibliográfico a partir de leituras em autores que abordem a temática, seja em livros, revistas, periódicos, websites, artigos, monografias, dissertações e teses procurando elementos em que se possa se fundamentar sobre o tema proposto, fazendo também uma comparação entre o salário dos policiais brasileiros e os de outros países.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Qualidade de vida no trabalho

Um fato muito interessante é que hoje as pessoas passam a maior parte de suas vidas dentro das empresas que termina por constituir o seu habitat. O ambiente de trabalho passa a se caracterizar por condições físicas e materiais e por condições psicológicas e sociais (CHIAVENATO, 2008).

De acordo com Chiavenato (2008) existem dois aspectos a se considerar: em primeiro momento, os fatores ambientais que impressionam os sentidos e que podem afetar o bem-estar físico, a saúde e integridade física das pessoas. Depois, os fatores ambientais que podem influenciar o bem-estar psicológico e intelectual das pessoas, assim sendo, tem-se que de um lado está a higiene e segurança do trabalho, enquanto que de outro, está a qualidade de vida no trabalho.

Segundo Limongi-França (2011) no ambiente de trabalho, qualidade de vida, saúde e ergonomia estão vinculadas à ética da condição humana. A ação ética abrange desde identificação, eliminação, neutralização ou controle dos riscos ocupacionais que se pode observar no ambiente físico, padrões de relações de trabalho, carga física e mental exigida para cada atividade, implicações políticas e ideológicas, dinâmica de liderança empresarial e do poder formal ou informal, o significado do trabalho em si até o relacionamento e satisfação das pessoas em seu cotidiano.

A expressão Qualidade de Vida no Trabalho foi empregada na década de 1970, nos Estados Unidos, para designar atividades das empresas. Na América do Norte, no Canadá, ainda é forte a tradição nessa concepção, sobretudo, nas ações políticas sociais. Na Europa, particularmente na França há uma cultura mais crítica e dedicada aos estudos sobre as condições de trabalho. Os especialistas franceses propagaram concepções de “[...] psicopatologia do trabalho, sofrimento desagregador e sofrimento criativo no trabalho, questões do poder, mitos e inveja nas organizações” (LIMONGI-FRANÇA, 2011, p. 168).

Por conseguinte, introduziram métodos de melhorias e condições de trabalho através de pesquisa-ação, pesquisa participante e práticas de debates como o “espaço coletivo”, a fim de conscientizar e promover a mudança nas organizações por meio de decisões dos trabalhadores e da empresa sobre condições ergonômicas e doenças ocupacionais.

Limongi-França (2011, p. 168) explica que Dejours (1994), foi um dos principais pesquisadores e líder desses pensamentos, nos quais define condições de trabalho como “[...] as pressões físicas, mecânicas, químicas e biológicas do posto de trabalho. As pressões do trabalho têm como alvo principal o corpo dos trabalhadores, onde elas podem ocasionar desgaste, envelhecimento e doenças somáticas”.

Eda Conte Fernandes (1996 apud LIMONGI-FRANÇA, 2011) uma das precursoras do movimento de Qualidade de Vida no Trabalho argumenta que a mesma está vinculada à melhoria das condições físicas, programas de lazer, estilo de vida, instalações, atendimento a reivindicações dos trabalhadores, ampliação do conjunto de benefícios. Assim sendo,

Um ambiente de trabalho agradável facilita o relacionamento interpessoal e melhora a produtividade, bem com reduz acidentes, doenças, absenteísmo e rotatividade do pessoal. Fazer do ambiente um local agradável para se trabalhar tornou-se uma verdadeira obsessão para as empresas bem-sucedidas (CHIAVENATO, 2008, p. 471).

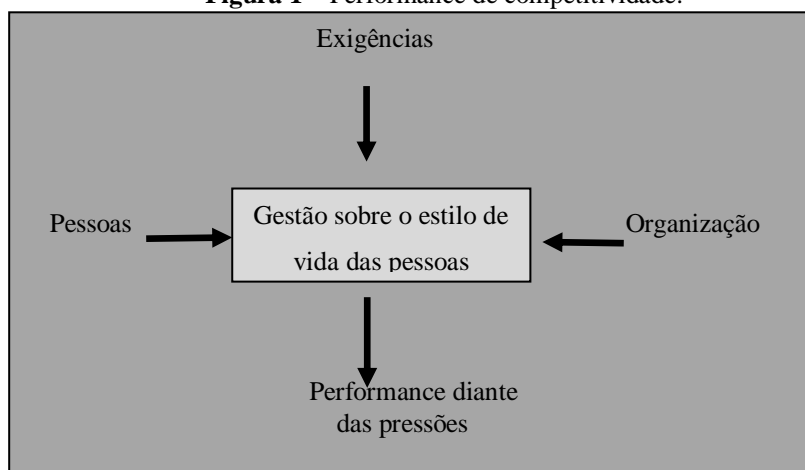
Segundo Chiavenato (2008) a higiene no trabalho também é muito importante para a qualidade de vida no trabalho, pois está relacionada as condições ambientais de trabalho que garantam a saúde física e mental e com as condições de saúde e bem-estar das pessoas. Sob a perspectiva de saúde física, o local de trabalho, abrange aspectos vinculados à exposição do organismo humano e agentes externos como ruído, ar, temperatura, umidade, luminosidade e equipamentos de trabalho.

Segundo Walton (1975 apud FRANÇA, 2011, p. 169) a Qualidade de Vida no Trabalho é referente a “valores ambientais e humanos, negligenciados pelas sociedades industriais em favor do avanço tecnológico, da produtividade e do crescimento econômico”. Dejours (1994 apud FRANÇA, 2011, p. 169), faz alusão a Qualidade de Vida no Trabalho como “condições sociais e psicológicas do trabalho, especificamente no que se refere ao sofrimento criador e ao sofrimento patogênico”.

No ambiente competitivo, verifica-se permanentes esforços de transformações que movimentam as pessoas, com todo potencial biopsicossocial, exigindo novos desempenhos e um constante processo de aprendizagem e readaptação nos procedimentos e processos decisórios.

De acordo com Limongi-França (2011), nesse âmbito, composto por clientes, eles, para responderem as pressões mercadológicas, precisam mostrar ações, conhecimentos e operações desenvolvidas e até mesmo modelador por circunstâncias formais e informais de treinamento e desenvolvimento, como mostra a figura 1.

Figura 1 – Performance de competitividade.

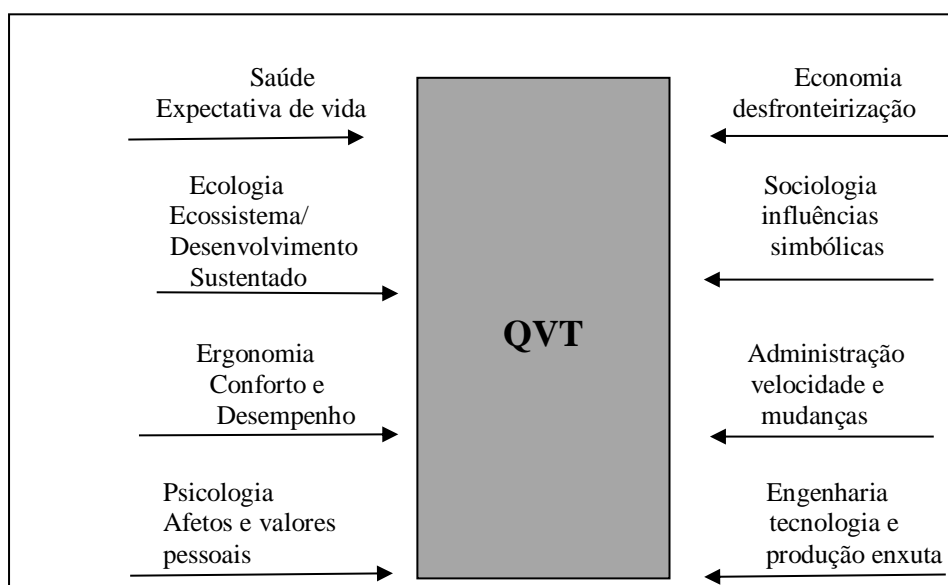


Fonte: adaptado de Limongi-França (2011, p. 170).

Nota-se que as pressões para novas performances, podem ameaçar a estabilidade e o conhecimento adquirido, como também por ser uma grande chance de transformação, como a modernização, o desenvolvimento quanto ao desempenho, a maturidade crítica, a criação de novas concepções, os valores de preservação, a qualidade de compromisso e a autonomia profissional.

França (2011) ressalta a contribuição das ciências para a Qualidade de Vida no Trabalho destacando alguns temas que vêm influenciando e contribuindo para a construção de novas concepções em gestão de pessoas e qualidade de vida no trabalho, apresentados na figura 3.

Figura 2 – QVT: contribuições das ciências.



Fonte: Adaptado de Limongi-França (2011, p. 170).

A saber:

- **Saúde:** preservação da integridade física, mental e social, completo bem-estar biopsicossocial e não somente doenças, com maior expectativa de vida e desenvolvimento biomédico.
- **Ecologia:** o homem faz parte e é responsável pela preservação do ecossistema dos seres vivos e dos insumos da natureza;
- **Engenharia:** através da ergonomia, com maior capacidade de construir objetos e ambientes – extensão das necessidades humanas – de modo cada vez mais confortável, eficaz e harmônica na interface pessoas-trabalho;

- **Psicologia:** em conjunto com a filosofia influencia as ações internas e os pontos de vista em relação a vida na avaliação e introdução de cada pessoa no seu trabalho e a relevância do significado inerente as necessidades individuais;
- **Sociologia:** resgata a dimensão simbólica do que é compartilhado e construído socialmente, demonstrando as implicações de quem influencia e é influenciado nos vários contextos culturais e antropológicos;
- **Economia:** ressalta a consciência social de que os bens nunca acabam e que a distribuição destes, recursos e serviços precisa abranger a responsabilidade social e a globalização;
- **Administração:** com o acréscimo da capacidade de mobilizar recursos, cada vez mais sofisticados e de grande impacto em se tratando de tecnologia, perante objetivos mais específicos, rápidos e mutantes (LIMONGI-FRANÇA, 2011).

Enfim, abordar a qualidade de vida no trabalho, principalmente no que tange a polícia militar, no cenário atual das organizações, está sendo marcado por inquietudes, individuais e coletivas, diante de vários problemas enfrentados pelas empresas e a alta competitividade, o que vem provocar novas atitudes das organizações e necessidades de transformação na fora de viver das pessoas, abrindo espaços para um debate em busca de fatores que possam construir uma nova realidade organizacional. Pensando nisso, as organizações estão instituindo programas de Qualidade de Vida no Trabalho cujo intuito é melhorar o ambiente de trabalho tanto quanto as condições a que são submetidos seus partícipes.

2.2. Política militar e adoecimento

No Brasil, a segurança pública passa por problemas alarmantes, especialmente por causa do desenvolvimento e aumento dos diferentes modos em que se apresenta a violência e a prática de crimes. De acordo com Poncioni (2005 apud PAULINO; LOURINHO, 2014), as políticas abraçadas pelas polícias civil e militar são ineficazes para combater essa problemática provocando duras críticas sobre a segurança pública, sobretudo no referente em como o policial atua.

Oliveira e Santos (2010) esclarecem que o labor militar não está restrito somente ao trabalho diário, mas se faz necessário estar sempre em alerta até mesmo em momentos de

lazer e descanso, uma vez que exige que sua atuação seja combater a conduta irregular ou criminosa social para defender os cidadãos.

É uma tarefa que muitas vezes exigem comportamentos mais rígidos o que provoca revolta da população, chamando-os de brutos, truculentos, no entanto, o policial militar precisa agir de acordo com as ocorrências que está atendendo e respeitando a ética e a moral da academia. No entanto, em comunidades mais pobres não é raro observar a desconfiança da população em geral em relação a ações militares, posto que podem apresentar comportamento segregador e, por vezes, equívoca diante da comunidade. Sendo assim, a imagem da polícia é danificada, principalmente ao se considerar que vários policiais apresentam um comportamento profissional abalizado na ética e na responsabilidade de seus atos (OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

O estresse é uma condição dinâmica que aparece quando o indivíduo é confrontado com uma chance, restrição ou demanda relacionada com o que ela deseja. Portanto, algumas situações fazem com que a pessoa se estresse, tais como: autoritarismo do chefe, desconfiança, pressão das exigências e cobranças, cumprimento do horário de trabalho, chateza e monotonia de certas tarefas, o baixo astral dos colegas, a falta de perspectiva de progresso profissional e a insatisfação pessoal (AGUIAR, 2005).

Para tanto, espera-se que o policial tenha uma vida familiar saudável, horas para descanso e lazer, fatores esses que auxiliam para o equilíbrio mental no decorrer das atividades laborais. Todavia, devido a baixos salários muitos policiais pegam “bicos” para fazer para complementar sua renda, não tendo o repouso necessário. Aliado a falta de repouso e a uma vida estressante surge o desgaste físico e mental, provocando nesse trabalho síndrome do pânico, depressão, síndrome de Burnout tendo como resultado um alto número de suicídios.

Atualmente, não é fácil aplicar a prática científica tendo como certo o equilíbrio e o ajustamento. Cada dia mais, se pensa nos fenômenos de vida habitual como um objeto em permanente mudanças e movimento. É preciso compreender que fenômeno algum, por ínfimo que seja, tenha sua gênese determinada por um modelo. Entender o mundo norteia, constantemente, a trilhar diferentes domínios: social, cultural, biológica, psíquica, econômica e organizacional.

O domínio biológico atenta para as condições físicas hereditárias ou não: resistências e vulnerabilidades dos órgãos, aspectos metabólicos do organismo. Ao domínio psicológico correspondem as emoções, afetividade, raciocínio, conscientes ou inconscientes, e que interferem no modo de agir de cada pessoa. O

domínio social remete para aspectos do grupo familiar, de amigos, de colegas de trabalho, do ambiente. O domínio organizacional está associado aos aspectos das culturas organizacionais, tecnologias, porte da organização, níveis de competitividade no mercado (CAVEDON, 2014, p. 877).

Sendo assim, é muito comum a busca de causas biológicas ou patológicas para qualquer sintoma, quaisquer reclamações de como alguém se sente, é a era da patologização, tudo que foge do normal é considerado doença, todavia, existem outras causas que podem causar uma doença sem estar condicionada ao biológico (PEREIRA, 2013).

Nem tampouco, é possível restringir a saúde mental em detrimento de transtornos psíquicos, uma vez que esta vai muito além. É através desta que se pode possibilitar uma identidade social e caminhar com liberdade pela vida. Nesse entendimento, Merhy (1998 apud PEREIRA, 2013, p. 22) assegura que a saúde “[...] é um valor de uso para o usuário, que a representa como algo útil por lhe permitir estar no mundo e poder vivê-lo de um modo autodeterminado e dentro de seu universo de representações”.

Assim sendo, a saúde e a doença são definidas, conseqüentemente, pela cultura na qual o sujeito está arraigado. Foucault (1978 apud PEREIRA, 2013) considera que “[...] o louco não pode ser louco para si mesmo, mas apenas aos olhos de um terceiro que, somente este, pode distinguir o exercício da razão da própria razão”. Assim sendo, o modo como se compreende e lida com a saúde e o transtorno mental está registrado pelo mundo social-histórico e é determinada pela cultura e torna-se legítima através do senso comum. É nas relações que o indivíduo tem com o seu grupo e classe social é edificada uma teia de significados que apresentam a saúde e a doença como construtos de sua cultura.

Silva (2011), considera que ao estudar as sequelas do trabalho em detrimento a mente humana, pode-se observar que, no decorrer do desenvolvimento de diferentes áreas do conhecimento, esse tema vem sendo debatido e estudado por pesquisadores da área da saúde humana quanto aos que estudam temas voltados para o trabalho enfatizando fatos pontuais em relação ao construto do desgaste mental e à construção de resistências perante as mudanças interligadas nestes.

Destarte, o Ministério da Saúde descreve que:

A contribuição do trabalho para as alterações da saúde mental das pessoas dá-se a partir de ampla gama de aspectos: desde fatores pontuais, como a exposição a determinado agente tóxico, até a complexa articulação de fatores relativos à organização do trabalho, como a divisão e parcelamento das tarefas, as políticas de gerenciamento das pessoas e a estrutura hierárquica organizacional. Os transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho resultam, assim, não de fatores isolados, mas de contextos de trabalho em interação com o corpo e

aparato psíquico dos trabalhadores. As ações implicadas no ato de trabalhar podem atingir o corpo dos trabalhadores, produzindo disfunções e lesões biológicas, mas também reações psíquicas às situações de trabalho patogênicas, além de poderem desencadear processos psicopatológicos especificamente relacionados às condições do trabalho desempenhado pelo trabalhador (BRASIL, 2001a, p. 161).

Nesse contexto, Jardim e Glina (2000 apud FAGUNDES, 2017), explicam que a avaliação diagnóstica em saúde mental e trabalho precisa ajustar diferentes técnicas, como, por exemplo, entrevistas e testes psicológicos. Na ação de avaliação diagnóstica, precisa continuamente questionar sobre o trabalho, fazer uma anamnese ocupacional, levantar hipóteses sobre a organização do trabalho, conhecer as exigências físicas e mentais, arguir sobre a forma como trabalhador percebe os riscos, e analisar o local, as condições ambientais e o processo de trabalho.

A aptidão para o labor é o indicativo primordial que envolve aspectos pertinentes à saúde física, ao bem-estar psicossocial, à competência individual e às condições e organização laborais (MARTINEZ et al., 2010).

O vínculo existente entre saúde mental e trabalho compõe o objeto dos estudos da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT). Analisando a singularidade corporeamente, que permite a indissociabilidade da saúde geral e mente, expõe-se que, “[...] esse objeto é a inter-relação entre o trabalho e os processos saúde-doença cuja dinâmica se inscreve mais marcadamente nos fenômenos mentais, mesmo quando sua natureza seja eminentemente social (SILVA, 2011 apud FAGUNDES, 2017, p. 30-31).

Logo, pode-se ressaltar que a doença para o trabalhador tem como significado que está frágil, redução na execução de tarefas laborais, altos custos com medicamentos, preocupação na redução salarial devido as constantes licenças do trabalho, e além disso, há o medo de perder o emprego e ficar fora do mercado. E, por conseguinte, faz surgir neste profissional uma angústia e tristeza provocada pela enfermidade do momento.

Conforme explica Rossi (2007 apud FAGUNDES, 2017, p. 31), dentre as causas que geram o estresse estão: “[...] incerteza, sobrecarga de trabalho, relações interpessoais, tecnologia, desempenho da tarefa, problemas emocionais, assédio moral, rituais e procedimentos desnecessários, entre outros”.

No entendimento de Ballone (2002) e Paiva e Couto (2007) as causas do estresse ocupacional são:

[...] o aumento do volume de trabalho; os conflitos diários no trabalho; as pressões sofridas pelo trabalhador; a falta de compreensão e tolerância da chefia, que também se vê pressionada; todo um ambiente desfavorável ao sujeito e o exercício

de funções que são sentidas como inadequadas. Os fatores relacionados ao estresse ocupacional podem resultar em: afastamento do trabalho; intervenção hospitalar; desequilíbrio familiar; perda do emprego e constrangimento no trabalho e na sociedade. Outrossim, tais elementos ou situações podem gerar consequências também para a organização, podendo ocorrer: perda de oportunidades no mercado; queda de produtividade; intensificação do absenteísmo e prejuízos financeiros (apud FAGUNDES, 2017, p. 31).

Inclusa a esse argumento está a desvalorização da atuação da Polícia Militar, uma opinião pública negativa com depreciação da profissão por parte da sociedade, falta de reconhecimento social e sobrecarga física e emocional. Esses fatores influenciam negativamente a qualidade de vida dos policiais, causando declínio progressivo da saúde e intervém nas relações pessoais, laborais e sociais (TEIXEIRA et al., 2015 apud FERREIRA; DUTRA, 2017).

Ferreira et al. (2012), no entanto, perceberam a existência de maior risco de sofrimento psíquico e de doenças em policiais militares que trabalham em atividades de alta exigência, grande carga de trabalho e com redução de folgas semanais. Segundo Fischer (2012), esses são tidos como fatores psicossociais e são resultantes da interação entre ambiente e aspectos organizacionais de trabalho, funções e cerne laboral, empenhos e especificidades individuais e familiares dos trabalhadores. Os fatores psicossociais têm caráter difícil e podem levar a absenteísmo, afastamento por incapacidades temporárias ou permanentes, aposentadoria e envelhecimento precoce, influenciando negativamente a capacidade para o trabalho (FERREIRA; DUTRA, 2017, p. 135).

Existe um outro transtorno que passou a ser um grande problema no aspecto social, a depressão que também onera as finanças do policial militar, gera riscos à e a qualidade de vida como um todo, uma vez que a pessoa fica à mercê de medicamentos que são causas de outro problema que é o vício, seja por ansiolíticos, depressivos ou mesmo por álcool, provocando um sem número de suicídios e assassinatos.

A concepção de depressão é de “[...] um grave problema de saúde pública, evidenciado pela importância das doenças mentais em relação às outras doenças. O transtorno compromete o cotidiano das pessoas no relacionamento social, seja na família, trabalho ou comunidade” (MARTIN, QUIRINO, MARI, 2007, p. 592).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a depressão está em segundo lugar dentre as doenças que provocam a incapacidade de desempenho de atividades laborais, e considera que até 2020 a probabilidade de até encabeçar a lista. Ainda, conforme, a OMS,

profissionais acometidos por depressão faltam pelo menos sete dias do trabalho por mês, enquanto que devido a outras doenças a média geral é uma vez a cada 30 dias (OMS, 2003).

É importante ressaltar que devido a carga estressante de trabalho ou ameaça ao indivíduo sente que não tem capacidade de enfrentar o que vem sentindo, faz surgir sequelas contrárias ao que são impostas na esfera organizacional, mas tem a ver com as especificidades de cada pessoa que integra a organização. Por outro lado, oferece oportunidade para o trabalhador sentir bem-estar, socializar e desenvolvimento de pertencer a um grupo além da família, o que é muito benéfico, mas o ambiente que gera emoções negativas e estresses só prejudica (SIEGRIST, 2011).

Muitas vezes enfrentar as tensões pode se dar através do consumo de substâncias psicoativas, como remédios controlados e bebidas alcoólicas. O consumo dessas substâncias não está restrito somente a problemas orgânicos, mas provoca fatores biopsicossociais. Essas drogas, como explicam Ferreira e Dutra (2017), dá a ilusão de sensação de relaxamento devido a estratégias para reduzir o estresse e a emoção negativa dele decorrente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

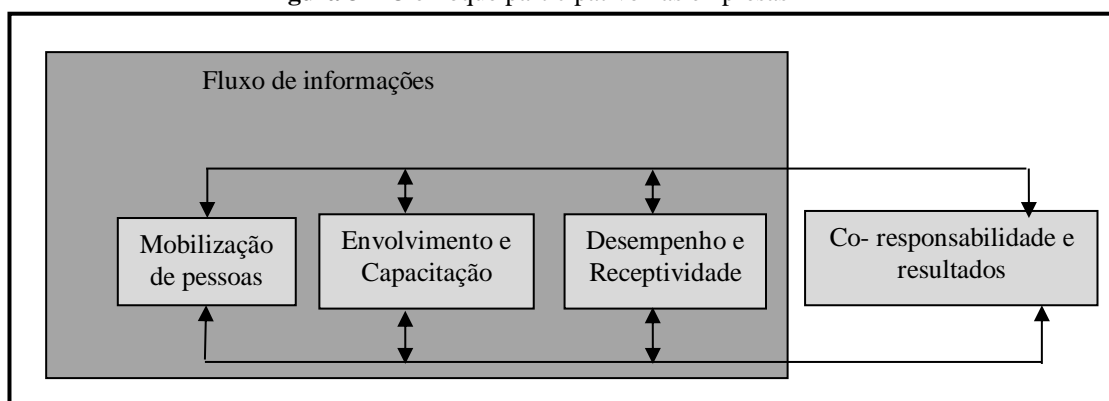
No decorrer desta pesquisa ficou claro que a Qualidade de Vida no Trabalho é um fato muito importante dentro de uma organização, não é diferente na corporação da Polícia Militar, assim sendo, se faz necessário melhorar as condições de trabalho e voltar seu olhar para as necessidades de suas várias hierarquias e classes, valorizando os seguintes aspectos: necessidades fundamentais de segurança, de associação, de prestígio e autor realização, de motivação com incentivos ou manutenção de benefícios que promovem estabilidade de interesse e comportamento de continuidade, estilos de liderança e resultados entre líder, liderados e alvo a ser alcançado, maturidade e processos decisórios.

Sendo assim, as necessidades das pessoas e os novos desafios no trabalho vêm estimulando a estruturação das atividades de qualidade de vida nas organizações, tem como característica a nova competência, uma nova especialização gerencial. Faz-se necessário envolver as responsabilidades legais e morais de garantir um local de trabalho livre de riscos desnecessários e de condições ambientais que possam provocar problemas de saúde física e mental das pessoas. As doenças profissionais e os acidentes de trabalho geram grandes prejuízos às pessoas e empresas em se tratando de custos humanos, sociais e financeiros.

Esses acidentes podem acontecer de forma casual, no entanto, podem ser evitados por meio de programas preventivos e profiláticos. Percebe-se que nas últimas décadas forma realizados muitos progressos na diminuição e prevenção de doenças e acidentes que tenham relação com o trabalho.

Dando valor ao indicador participação, Werther e Davis (1983 apud LOMONGI-FRANÇA, 2011) ressaltam que a Qualidade de Vida no Trabalho é um dos grandes desafios da administração e do desenvolvimento pessoal, pois acreditam que alguns fatores interferem nesta, tais como: supervisão, condições de trabalho, pagamento, benefícios e projeto de cargo, pois uma boa vida de trabalho tem como significado um cargo interessante, desafiador e compensador, que levam ao comprometimento e à produtividade. A figura 1 mostra o enfoque participativo nas empresas.

Figura 3 – O enfoque participativo nas empresas



Fonte: Adaptado de Limongi-França (2011, p. 169).

Em se tratando de qualidade de vida, não é o que se vê no trabalho do militar. Vale ressaltar que a polícia, em geral, passa por momentos negativos que provocam um grande estresse. A fadiga física e o desequilíbrio emocional geram nesses profissionais, atitudes irracionais nas crises e situações caóticas. Portanto, essas atitudes podem provocar a ineficácia no exercer de suas atividades laborais, levando os policiais e a população a riscos de perigo.

Dessa forma, o ambiente saudável de trabalho precisa abranger condições ambientais físicas que atuem de modo positivo sobre todos os órgãos dos sentidos humanos (audição, visão, tato, olfato, paladar). Na perspectiva da saúde mental, o ambiente de trabalho deve abranger condições psicológicas e sociológicas saudáveis e que tem ação positiva sobre a conduta das pessoas impedindo impactos emocionais como o estresse, conforme Quadro 1).

Quadro 1 – Os movimentos elementares (*Therbligs*) de Gilbreth

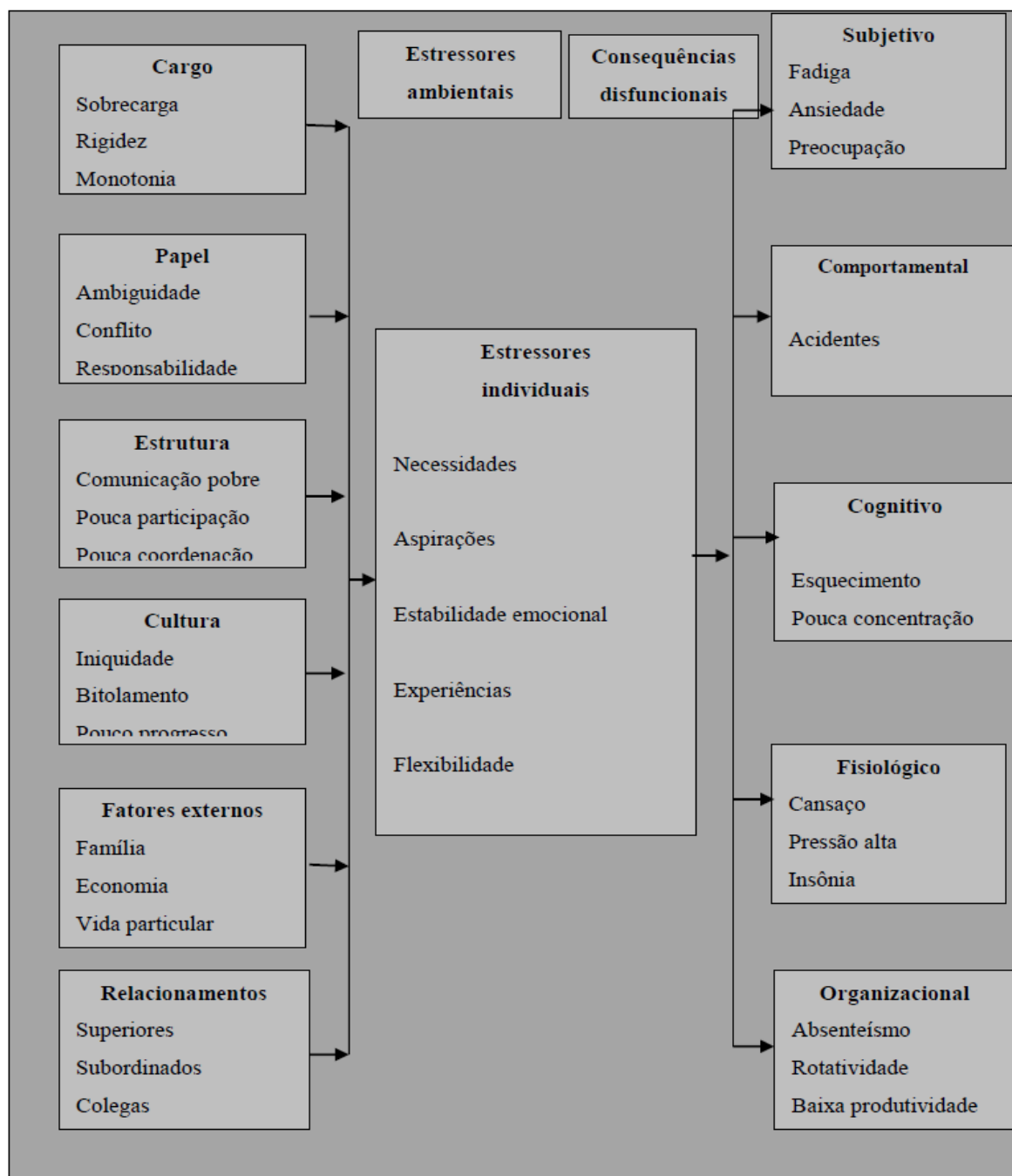
Ambiente físico de trabalho	Ambiente psicológico de trabalho	Aplicação dos princípios de ergonomia	Saúde ocupacional
Iluminação: luminosidade adequada a cada tipo de atividade	Relacionamentos humanos agradáveis	Máquinas e equipamentos adequados às características humanas.	Minimizar as condições insalubres e perigosas através de novos processos de trabalho ou terceirização de atividades muito perigosas.
Ventilação: remoção de gases, fumaça e odores desagradáveis, bem como afastamento de possíveis fumantes ou utilização de máscaras.	Tipo de atividade agradável e motivadora	Mesas e instalações ajustadas ao tamanho das pessoas.	Incentivar o uso de equipamentos de proteção individual (EPI), como luvas, botas, aventais, máscaras e roupas especiais para os colaboradores.
Temperatura: manutenção de níveis adequados de temperatura.	Estilo de gerência democrático e participativo.	Ferramentas que reduzam a necessidade de esforço físico humano.	Desenvolver regras e procedimentos para prevenção médica.
Ruídos: remoção de ruídos ou utilização de protetores auriculares.	Eliminação de possíveis fontes de estresse.		Desenvolvimento de regras e procedimentos para prevenção médica.
Conforto: ambiente agradável, repousante e aconchegante.	Envolvimento pessoal e emocional.		Estabelecer um sistema de estatística de afastamentos e acompanhamento de doenças.

Fonte: adaptado de Chiavenato (2008, p. 472-3).

O estresse é um conjunto de reações físicas químicas e mentais de uma pessoa decorrente de estímulos ou estressores que existem no ambiente, conforme mostra a figura

4.

Figura 4 – Os estressores na vida de cada pessoa.



Fonte: Adaptado de Chiavenato (2008, p. 474).

Nesse sentido, a profissão militar tem como especificidade exigir muitos sacrifícios, até mesmo dar a vida pelo bem do outro. Nesse contexto, a morte passa a ser uma realidade na vida desse profissional, podendo ser a morte de vítimas, de criminosos, colegas de trabalho e a ideia de que o próprio corre risco de morte é um sentimento muito estressante.

Buscando responder ao questionamento e alcançar o objetivo proposto, foram realizadas várias leituras que abordassem o tema em voga, que é o por que as corporações

não se preocupam com a saúde mental de seus compartícipes como o tem com ferramentas bélicas.

Assim sendo, houve a compreensão de que o trabalho do policial é estressante, que necessita de muito cuidado mental, físico, pois carrega em si muitos problemas inerentes a seu labor, fatos que, às vezes, os deixam chocados e que com o passar do tempo, começa a atrapalhar sua vida laboral, pessoal, tudo tendo início com uma noite mal dormida que se transforma em muitas outras e outras deixando a pessoa cada vez mais cansada. A não percepção de que sua saúde está sendo afetada vai colaborando para que o nível de estresse aumente até que chega um momento em que tudo sai de controle, por um gatilho qualquer: uma palavra mal falada, um conflito banal que pode se tornar um caso muito sério.

4. CONCLUSÃO

Não é fácil atualmente encontrar uma pessoa que esteja tranquila, não tenha estresse, cansaço físico ou mental, dores e um cem números de problemas de saúde. Isso é consequência da vida que se leva, da correria e do constante trabalhar em busca de algo melhor para a velhice.

Todavia, tudo tem seu preço. Não é diferente com a profissão de policial militar que além de ter os seus problemas comuns a todos de necessidades físicas, psíquicas ainda passa por momentos de maior estresse, de adrenalina, perigo e risco de morte, não sabe se volta para o seio de sua família ou não, sem falar nos atendimentos em que a cena causa arrepios.

Aos poucos, esse excesso de informações que a mente vai recebendo ao longo da jornada de trabalho começa a pesar, a tirar o sono, a fome, a vontade de passear, de ter um momento de prazer com a família e começa o isolamento da pessoa. Outras vezes, a saída é ir para um barzinho com os colegas após o expediente e a cada dia demora mais para ir para casa, os copos a cada dia se acumulam e quando se dá conta não fica mais sem a bebida. Isso, quando não passa a tomar remédios controlados para dormir sendo as doses aos poucos aumentada. As explosões de raiva, o descontrole e as ideias de suicídio se tornam mais frequentes.

Esse é o quadro em que se encontra um grande número de policiais. E pouco se tem feito para que este cenário seja revertido. É preciso mais cuidado com o nosso policial

militar e, por conseguinte, com a segurança pública, pois uma depende do outro e os dois juntos podem muito.

Não adianta se preocupar com instrumentalização bélica, com coletes, com escudos, novas tecnologias a favor da segurança pública. O que precisa é de homens inteiros em corpo, alma e coração que possam se doar para salvar as vidas, desmistificar que por ser homem tem que sofrer calado, ainda mais policial. Cada um desses homens precisa de cuidados diários, terapias, conversas em grupo, se abrir, saber que podem contar com a corporação para acolhê-los, abraçá-los em momentos de confusão, fraqueza e também em momentos em que está tudo bem. É inerente da pessoa humana ter mudanças de comportamento, de atitudes, porém sempre tem outra pessoa para estender os braços e ajudar.

Enfim, é crescente a consciência social sobre a constante luta pela saúde física e mental das pessoas na construção da cidadania, sendo este um tema em que muito se tem debatido, sobretudo, no que diz respeito à saúde mental do policial militar, e a contrapartida de que a saúde também é tema de interesse político-social reafirmam este ponto de vista. É natural um policial dar sua vida em detrimento de outra, mas a população se esqueça que estes são homens e mulheres de carne e osso que também precisam de cuidados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. **Psicologia aplicada à Administração** – uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2005.

ABBUD, E.L; BENEDICTO, S.C. Estresse e psicopatologias no ambiente de trabalho: conceitos, contextos, manifestações e consequências. In: **SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO**, 2006. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, 2006.

BRASIL. Ministério da saúde. **Manual de Procedimentos para o serviço de saúde**. Brasília, DF: Secretaria de Atenção à Saúde. 2001.

CAVEDON, Neusa Rolita. A qualidade A qualidade de vida no trabalho na área da Segurança Pública: uma perspectiva diacrônica das percepções olfativas e suas implicações na saúde dos servidores. **Revista O&S**. Salvador, v.21 - n.68, p. 875-892 - Janeiro/Março – 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FAGUNDES, Ana Cláudia. Análise de sofrimento mental de trabalhadores que atuam no setor de segurança privada: saúde do trabalhador. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. 75f. Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Uberlândia, MG: UFU, 2017.

FERREIRA, Mariane Oliveira; DUTRA, Fabiana Caetano Martins Silva e. Avaliação dos fatores psicossociais, saúde mental e capacidade para o trabalho em policiais militares de Uberaba/MG. **Rev. Psicologia: Saúde Mental e Seg. Pública**, B Hte., 6, 133-151, jan./jun. 2017.

JARDIM, Edvaldo Montello Barros; GUERRA, José Vasconcelos. As doenças psicossomáticas decorrentes da organização do trabalho policial militar na cidade de Porto Velho. 2008. **Artigo Científico** (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Academia de Polícia Militar de Rondônia, Porto Velho, 2008.

LIMONGI- FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Práticas de Recursos Humanos – PRH: Conceitos, Ferramentas e Procedimentos**. 5 reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

MENDES, Evaristo de Oliveira. **A saúde psicossocial na segurança pública brasileira**. Rio de Janeiro: ESG, 2013.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 25, p. 224-250, set./dez. 2010.

PATROCÍNIO, M. C.C.; SOUZA, E. M.C. Z.D. Fatores psicossociais na gênese de atos agressivos de policiais militares. In: SAMPAIO, J. R (Org.) **Qualidade de vida no trabalho e psicologia social**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PAULINO, Fábio Rodrigues; LOURINHO, Lídia Andrade. O adoecimento psicológico do Policial Militar do Ceará. **Revista Trabalho e Sociedade**, Fortaleza, v.2, n.2, p.58-77, Jul/Dez, 2014.

PEREIRA, Alexandre de Araújo (org). **Saúde mental**. 2 ed. Belo Horizonte: NESCON/UFMG, 2013.

SIEGRIST, Johannes. Recompensa social e saúde – como reduzir o estresse no trabalho e além dele. In: ROSSI, Ana Maria; PERREWÉ, Pamela L.; MEURS, James A. **Stress e Qualidade de Vida no Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 55-71.